

**MONUMENTOS COMO TEXTOS:
A ARQUITETURA E SEUS USOS
COMO FORMA DE LINGUAGEM**

Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)

jpinheiro@unigranrio.com.br

Ana Carla Almeida dos Santos (UNIGRANRIO)

Ana Paula Cavalcante Lira do Nascimento (UNIGRANRIO)

RESUMO

Nossa intenção aqui é tratar de três importantes arquiteturas da cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, como forma de expressar suas leituras e discursos a partir do seu uso. Como a partir das visitas da população essas arquiteturas são identificadas e lidas? A partir de análises feitas na historiografia brasileira, que trata do início da ideia de patrimônio no Brasil, referindo-se à independência do Brasil com a criação do estado-nação, onde o principal intuito era o interesse monárquico de criar uma identidade nacional para o povo em que constituiria uma certa noção de civismo e amor à pátria, esse trabalho se apropria para promover uma reflexão acerca da importância e da necessidade de se preservar, e difundir histórias regionais a partir de patrimônios atuais. Neste sentido, tratamos tais monumentos como um texto que pode ser lido e aproveitado de diferentes formas, respeitando a difusão da memória e fomentando ainda a significativa necessidade de uma política funcional e ativa de educação patrimonial para que cada cidadão tenha sua identidade atrelada e construída no local de seu pertencimento, seja ele escolhido ou de nascença – seu bairro, seu município, sua cidade. Para tanto, utiliza-se neste trabalho, como método, a revisão historiográfica e a análise documental do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, o Museu Ciência e Vida e a Biblioteca Municipal de Duque de Caxias Leonel de Moura Brizola, como estudos de caso do modelo de educação patrimonial.

Palavras-chave: Monumento. Texto. Arquitetura. Linguagem.

1. Considerações iniciais

Os primeiros a usarem esse termo, patrimônio, patrimônio em latim²⁰ foram os romanos e essa palavra está historicamente atrelada a ideia de herança.

A noção mundial de patrimônio privado é algo que aparece inicialmente na Roma antiga e dizia respeito a tudo o que pertencesse ao pai de família (*pater famílias*)²¹. (FUNARI & PELEGRINE, 2006). Não

²⁰ Patrimônio vem do latim: *patrimoniu*, *patri*- pai, *moniu* – herança.

²¹ Patrimônio é uma palavra de origem latina que era usada entre os romanos aproximadamente a partir dos séculos III. (FUNARI & PELEGRINE, 2006, p. 10-11)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

existia essa definição de patrimônio ou bem público. Diferente da nossa sociedade a visão dos romanos em relação ao patrimônio era um pouco mais exacerbada até mesmo pelo contexto histórico de sua época. É lógico que não temos a intenção de comparar o conceito atual de patrimônio privado criticando o conceito antigo romano. Quando falamos a palavra “exacerbada” não temos a mínima intenção de fazer uma crítica, até porque seria de um anacronismo grosseiro, entretanto usamos a palavra para que se compreenda que se fossemos relacionar os bens de uma pessoa hoje no século XXI, com os de uma pessoa de Roma antiga, aproximadamente do século III, com a visão que temos hoje olharíamos para os romanos com um certo olhar de pânico já que para eles patrimônio era todos os bens matérias, imateriais (crenças e costumes), como também tudo o que se movimentava, ou seja não estamos falando de um rebanho de animais somente, mas de pessoas; filhos esposas, escravos, “pessoas” no significado real da palavra. Então pensar hoje, no século XXI que pessoas já fizeram parte de testamentos sem a visão histórica nos leva do impacto trágico ao pânico, por isso o uso da palavra “exacerbada”. A noção de patrimônio hoje, só difere da de Roma por não incluir pessoas, graças ao avanço da humanidade.

Porém, se pararmos em uma avenida movimentada e questionarmos alguns transeuntes sobre a noção que eles têm de patrimônio, serão várias as respostas que obteremos, entretanto, a maioria delas será relacionada aos bens pessoais ou seja privado, isso porque para a maior parte da população brasileira o conceito de patrimônio está diretamente relacionado aos bens de uma determinada pessoa, esquecendo-se do patrimônio público. Falta essa consciência de que existem bens culturais que são patrimônios e que devem ser entendidos como patrimônio incomum de um determinado grupo. Essa visão de bens pessoas em relação ao a palavra patrimônio não está errada, só falta o entendimento do patrimônio público que é o patrimônio histórico e cultural que engloba um conjunto de bens que pertencem a todos, que tem um valor histórico para uma determinada sociedade.

Compreendemos assim que o patrimônio em si, é uma escolha feita por agentes e diz respeito a uma escolha do que se deve preservar para as gerações futuras, o que nos remete a Le Goff quando escreve em seu ensaio “Documento/Monumento”:

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam o desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores. (LE GOFF, 1996, p. 535)

Com essa citação de Jacques Le Goff²² concluímos então, que o patrimônio histórico e cultural de um determinado povo não é algo natural, que sobreviveu, que persistiu e lutou contra o tempo pela permanência, mas sim, algo que foi escolhido para estar ali e essa escolha sim, é o que legitima uma luta pela permanência no mundo contemporâneo, onde o novo surpreende a cada dia deixando muitas vezes a margem, a importância do patrimônio cultural seja material ou imaterial. Tanto no trabalho de Jacques Le Goff, quanto no de Maria Cecília Londres encontramos os agentes responsáveis por salvaguardar a memória, que são os historiadores, as forças estatais, os intelectuais e os próprios usuários. É importante ressaltar que essa escolha não está somente relacionada com a construção de símbolos nacionais, mas também a valores culturais, atrelados a formação de uma identidade nacional e social, entretanto, é preciso que nossos olhares se volte novamente para a questão da escolha. Já temos na atualidade uma preocupação bem maior com a história regional das regiões menos favorecidas ou elitizadas, muitos trabalhos já foram feitos por exemplo sobre a Baixada Fluminense, e o IPHAN tem participado com suas políticas de preservação e de tombamento de bens culturais, entretanto, se faz necessário que uma atenção mais significativa seja empregada em prol da proteção, divulgação e preservação do patrimônio histórico da baixada.

2. O Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias: local de memória e preservação

O Instituto Histórico de Duque de Caxias (IHCMDC), como exemplo de sociabilidade, está neste trabalho com a intenção de mostrar como as histórias regionais tem lutando para não cair em esquecimento.

Com uma sólida história, o instituto histórico da cidade vem fazendo um papel extremamente importante para os cidadãos caxienses e tem sua história aqui mencionada pelo link que vem fazendo ao longo de mais de quatro décadas com os moradores da cidade, criando assim uma rede de memórias e também sendo um ponto de cultura para a cidade:

O Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias teve sua origem a partir da necessidade que a antiga Biblioteca José do Patrocínio (atualmente Sala de Leitura Dr. Moacyr Rodrigues do Carmo e que se situa no 3º

²² Jacques Le Goff, historiador francês autor de diversos livros e membro da escola dos Annales de sua época. O ensaio mencionado em forma de citação, faz parte do livro *História e Memória* (p. 423-478, Memória). Um livro que reúne diversos ensaios escritos por Jacques Le Goff (1996).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

andar do prédio da Câmara) sentia de atender seus leitores mais interessados em conhecer o passado do Município. Essa ideia surgiu no início da década de 1970, tendo sido o Instituto Histórico, órgão anexo à Câmara Municipal, inaugurado em 31 de janeiro de 1973, passando a ser denominado Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto (Resolução 494, de 11 de dezembro de 1980). Fonte de estudos obrigatória para muitos pesquisadores, o Instituto Histórico é responsável pela guarda de obras - fotografias, documentos e objetos - que se originaram de doações feitas através de pessoas e instituições e que fazem parte de um referencial significativo para a história do Município de Duque de Caxias e também da Baixada Fluminense. (*Revista Pilares da História*, 2002, p. 7)

Com as visitas de pesquisa de campo realizadas em função da pesquisa de iniciação científica, “Patrimônio e Cidade: Um Estudo em Duque de Caxias”, da Profa. Dra. Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima, foram feitos os registros das atividades realizadas no local (anexo), pode-se perceber que o que começou para ser um simples arquivo hoje tem uma representatividade sem igual e o ponto chave desse estudo em relação a esse espaço, é justamente o trabalho que este realiza preservando e divulgado a história da cidade, trazendo de certa forma uma consciência coletiva e abrigando boa parte da memória da cidade sendo um espaço aglutinador em que uma certa forma de educação patrimonial junto com muita cultura é gerada.

Captou-se também nas visitas técnicas elaboradas no espaço uma forte presença cultural representada pelos eventos que este espaço realiza (anexo), eventos como exposições de artistas plásticos novos que dificilmente encontrariam um espaço para expor suas artes, entre outros como lançamentos de livros também.

O Instituto Histórico de Duque de Caxias, além de ser um ponto de cultura e de fazer esse link com a população tem um papel muito importante na cidade; o papel de salvaguardar boa parte da memória regional, com seu acervo de mais de 16.000 (dezesesseis mil) itens e um trabalho minucioso de restauração de fotos e documentos, além de ser responsável pela produção e publicação da revista *Pilares da História*, onde artigos importantes e agregadores a construção e composição da cidade são publicados semestralmente.

De certa forma podemos relacionar as medidas tomadas pela Prefeitura de Duque de Caxias e pela Secretaria de Educação de Duque de Caxias com parcerias de órgãos locais que em 2011, criou um atlas da cidade direcionado a educação que abrange tanto a história regional quanto a parte geográfica da cidade e que tem por finalidade o exercício da disseminação da história da cidade nas escolas.

No caso do Instituto Histórico de Duque de Caxias, o modelo de educação patrimonial está presente na sua franca exposição da memória regional. A educação patrimonial de que Maria de Lurdes Parreira Horta fala em seu texto não trata somente do âmbito escolar, mas também das redes de memória, dos locais como o Instituto Histórico de Duque de Caxias que se relacionam com seu entorno populacional:

O desenvolvimento de programas de educação patrimonial, envolvendo não só a rede escolar, mas também as organizações da comunidade local, as famílias, as empresas e, principalmente, as autoridades responsáveis, contribuiu para a ampliação de uma nova visão do Patrimônio Cultural Brasileiro em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais, como fonte primária de conhecimento e aprendizado, a ser utilizada e explorada na educação de crianças e adultos inserida nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino, ou ainda como instrumento de motivação, individual e coletiva, para a prática da cidadania e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre as gerações (HORTA, 2003)

Nesse caso em entrevistas concedidas pelos funcionários do Instituto Histórico de Duque de Caxias (anexo), apurou-se a presença da disseminação da cultura imaterial de Duque de Caxias no local com os eventos das rodas de capoeira e a Folia de Reis, que são eventos abertos ao público e que tem um alcance na vivência coletiva de seus moradores e que segundo relatos dos entrevistados, o público que recebe esses eventos é um público bem diversificado, que vai desde crianças, estudantes e professores a pessoas idosas.

Ao relacionar esse movimento que o Instituto Histórico de Duque de Caxias faz na Cidade de Duque de Caxias hoje, 2015, século XXI, com o que ele fazia antes na época de sua criação em 31 de dezembro de 1973, vê-se um movimento de geração de cultura e conseqüentemente de educação, a educação de que o ser humano necessita de fato para ser social.

Maria de Lurdes Parreira Horta (2003) em seu boletim de 2003, afirma que o princípio básico para uma educação patrimonial é a experiência direta de bens e fenômenos culturais. Nesse contexto o contato do cidadão caxiense com a história do seu município e com aquilo que seria a representação dele; os patrimônios tanto material quanto imaterial é a experiência que se precisa para que a política de educação patrimonial seja cumprida.

O Instituto Histórico de Duque de Caxias tem fornecido material tanto para educar quanto para a produção historiográfica acerca do muni-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

cípio e também da Baixada Fluminense e a prova mais concreta disso é justamente a construção deste trabalho.

Localizado no subsolo da Câmara Municipal de Duque de Caxias, o Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto tem feito barulho no que diz respeito a divulgação da memória regional e a preservação da mesma. Com seu acervo de fácil acesso e a produção de seus eventos culturais e ainda trazendo à lembrança aquilo que para muitos já está acabado, como por exemplo o levantamento dos patrimônios materiais que aguardam tombamento do IPHAN, e que merecem atenção por fazer parte de cada morador, por estar atrelado a história de cada um, envolta na coletividade e na mesma sensação de identidade que levou os iguaçuanos a concretizar a sua independência.

A realização de inúmeras oficinas de treinamento de professores na prática da metodologia proposta promoveu a disseminação do método e das experiências enriquecida pela contribuição de cada agente educacional em seus diferentes contextos. (HORTA, 2003)

Entretanto, não se tem, uma política de treinamento expressiva a ponto de mudar a noção de patrimônio no Brasil para que haja uma conscientização e do mesmo modo que o estudo da África chegou nas escolas pela Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, ainda não é abordada com o empenho necessário, a educação patrimonial também não.

Captou-se o princípio básico para a educação patrimonial, no trabalho de Maria de Lurdes Horta Parreira Horta, mas o que de fato é educação patrimonial? Verificou-se que segundo Maria de Lurdes Parreira Horta a definição mais correta de educação patrimonial seria:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos. Só após esta exploração direta dos fenômenos culturais, tomados como “pistas” ou “indícios” para a investigação, se recorrerá então às chamadas “fontes secundárias”, isto é, os livros e textos que poderão ampliar esse conhecimento e os dados observados e investigados diretamente. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 2003)

Portanto é de extrema importância a permanência, e preservação dos patrimônios históricos de uma região, e visando esses fatos de relevância incontestável que o Conselho Municipal de Cultura de Duque de Caxias, se reuniu no dia 15 de agosto de 2006²³ para que fosse listado os bens patrimoniais da cidade de Duque de Caxias:

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e seis, os Conselheiros Municipais de Duque de Caxias Alexandre dos Santos Marques, Eduardo Ribeiro, Roberto Gaspari Ribeiro, Carmem Migueles, Nilton Sinésio da Silva, Antônio Augusto Braz, Maria Luiza Rodrigues, José Cosme de Lima, e Lucinda Gregório Segundo, se reuniram para discutir a seguinte pauta: Pauta: **1.** informes. **2.** Leitura e aprovação da ata anterior; **3.** Informes; **4.** Leitura, modificações e aprovação do edital de para apresentação de projetos culturais ao Conselho Municipal de Cultura. **5.** Apresentação e avaliação da relação o Patrimônio Histórico a ser tombado na cidade de Duque de Caxias. A ata da reunião dia dezoito de abril de 2006 foi lida e aprovada. Passando ao quarto ponto da pauta Alexandre dos Santos Marques, representando o Núcleo de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria Municipal de Cultura e Antônio Augusto Braz reaperentaram a lista do Patrimônio Histórico a ser avaliado e tombado pelo Conselho. Decidiu-se que tendo como base a legislação Municipal, a saber, Lei Orgânica do Município de Duque de Caxias: Título II, Capítulo V, Seção II, artigo 101, inciso 1; Título II, Capítulo V, Seção II, artigo 103, incisos I, II, III, e IV parágrafos 1º, 2º, e 4º; Decreto nº 2267 de 23/09/91: Título II, artigo 3, Título IV, Capítulo I, artigo 5, inciso XI, XV e XXII; Lei nº 1914 de 28/11/2005: Título I, Capítulo I, artigo 4, inciso 1, 6, 10, 11 e 13; Título I, Capítulo III, Seção I, artigo 26, inciso 7. Consideram-se tombados no Município de Duque de Caxias os bens abaixo relacionados. (*Revista Pilares da História*, ano 7 n. 8, maio 2008, p. 74)

Ainda sobre a questão do Instituto Histórico de Duque de Caxias e sua importância para a educação patrimonial na cidade de Duque de Caxias, pode-se dizer que ele é um agente educador. Essa reunião extraordinária²⁴ foi reproduzida na revista *Pilares da História* que é uma produção do Instituto Histórico de Duque de Caxias para que se fizesse saber a todos quais são, e onde estão os bens patrimoniais da região.

Com a intenção de preservar, e buscar por parte do IPHAN o tombamento dos seguintes bens:

1º DISTRITO 01 – Ponte sobre o Rio Meriti; 02 – Conjunto do Praça do Pacificador; 03 – Hotel Municipal; 04 – Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto; 05 – Igreja de Santa Terezinha; 06 – Igreja Santo Antônio; 07 – Sociedade

²³ Conselho Municipal de Cultura de Duque de Caxias: ATA da REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do dia 15 de agosto de 2006. Ata reproduzida in: *Revista Pilares da História*, ano 7, n. 8, p. 74, maio 2008.

²⁴ Conselho Municipal de Cultura de Duque de Caxias: ATA da REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do dia 15 de agosto de 2006. Ata reproduzida in: *Revista Pilares da História* nº 8, ano 7, maio 2008, p. 74

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Musical e Artística Lira de Ouro – etnográfico; 08 – Prédio denominado “Fortaleza de Tenório Cavalcante”; 09 – Postes situ à Avenida Presidente Vargas, em frente ao nº 187; 10 – Terreiro de Joãozinho da Gomeia; 11 – Igreja de Nossa Senhora de Fátima 12- Instituto de Educação Governador Roberto Silveira;

2º DISTRITO 15 – Igreja de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçú; 16 – Portal da entrada e Complexo da Cidade dos Meninos; 17- Centro Pan-americano de Febre Aftosa; 18 – Conjunto Arquitetônico do antigo Convento de São Bento; 19 – Terreiro Santo Antônio dos Pobres; 20 – Trajetos da Estrada Real denominados Caminho do Provedor / Estrada do Comércio; 21 – Sítio Arqueológico Sambaqui do São Bento; 22 – Sítio Arqueológico Sambaqui do Iguaçú; 23 – Sítio Arqueológico Aldeia da Estrada das Escravas; 24 – Trecho da Avenida Presidente Kennedy 25 – Trajeto da Estrada Real denominado Caminho do Couto 26 – Trecho da Avenida Presidente Kennedy;

3º DISTRITO 27 – Museu Histórico Duque de Caxias (antiga Fazenda São Paulo); 28 - Igreja de Nossa Sra. do Rosário (Saracuruna); 29 – Trajeto da Estrada Real denominado Estrada da Taquara

4º DISTRITO 30 – Conjunto Arquitetônico da Fábrica Nacional de Motores/CIFERAL; 31 - Igreja de Nossa Senhora das Graças; 32 – Conjunto Arquitetônico da Vila Operária (Xerém); 33 – Hotel dos Engenheiros; 34 – Igreja Santa Rita da Posse (Igreja Velha de Xerém); 35 – Trajeto da Estrada Real denominado Caminho do Provedor; 36 – Sítio Arqueológico Quilombo do Amapá; 37 - Sítio Arqueológico Quilombo de São Lourenço; 38 - Cinema Xerém; 39 – Ponte de Xerém; 40 – Estrada das Escravas; 41 – Hangares da FAB. (*Revista Pilares da História* nº 8, ano 7, maio 2008, p. 74)

O Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias tem em seu acervo documentos que contam a história da cidade, documentos como o registro da chegada da água em Duque de Caxias entre muitos outros de roupas de figuras ilustres da História a castiçais antigos. Pôsteres, moveis e objetos que fazem parte do Patrimônio Histórico da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias. Esse espaço de integração se encaixa tanto no perfil de educador, quanto no de guardião da memória e faz por sua vez aquele trabalho que Maria de Lurdes Parreira Horta denomina como “experiência do contato direto” (HORTA, 2003), trabalhando em um “processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural” (HORTA, 2003) e por isso tem sua importância explicitada aqui neste trabalho. Desse modo concretizou-se à afirmação acerca da importância do Instituto Histórico de Duque de Caxias como agente aglutinador e formador de cultura e como agente de educador patrimonial.

3. *Museu Ciência e Vida: entre a visita e o aprendizado*

O prédio que abriga o Museu Ciência e Vida (MCV) é uma construção moderna com 5000m². Anteriormente, funcionava nesse espaço o Fórum Municipal. Nessa área, quatro pavimentos abrigam atividades bem diversificadas para o público do próprio município e também de áreas adjacentes. Podemos caracterizar sua clientela em três grandes grupos: o público escolar, professores e o público em geral. Das atividades oferecidas pelo Museu podemos destacar: exposições temporárias, oficinas, cineclube, visitas educativas, atividades lúdicas educacionais e sessões no planetário.

Inaugurado em 2010, o Museu Ciência e Vida parte do projeto de divulgação científica da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cecierj) em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com as informações em site http://www.museucienciaevida.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=179&Itemid=126, mantido pela instituição a missão do Museu Ciência e Vida para além da popularização da cultura, arte e ciência, “é estimular nos visitantes, diferentes sensações que os levem a novas experiências do saber e despertar o gosto pela ciência”.

De fato, as atividades desenvolvidas no Museu Ciência e Vida, e observadas durante a pesquisa, demonstraram que a interatividade é a base da ação educativa da instituição. Estimular os sentidos dos visitantes e provocar questionamento é um dos conceitos básicos de constituição do chamado “museu total”, nomenclatura utilizada e defendida por Jorge Wagensberg. Para ele, a palavra que define a verdadeira e ideal função de um museu; o que ele pode fazer melhor do que outro sistema é: estímulo.

Em um bom museu ou uma boa exposição, você acaba saindo com mais perguntas do que quando entrou. O museu é uma ferramenta para a mudança, para a mudança individual e, portanto, para a mudança social também. O museu é insubstituível no estágio mais importante do processo cognitivo: o início. Saindo da indiferença para a vontade de aprender. (WAGENSBERG, 2015, p. 3)

Pesquisas na área de museologia mostram que a maior parte do público atendido nos museus é proveniente de escolas públicas. Assim sendo, um museu situado em uma área carente como a Baixada Fluminense pode contribuir na construção de uma nova relação de jovens estudantes com o saber e motivá-los na apropriação dos bens culturais e científicos, despertando novos talentos.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Além disso, o Museu Ciência e Vida abre-se à cidade como espaço de diálogo, de reflexão e de formação continuada de professores. Há um leque de opções educativas, como: palestras, encontros com autores, mesas-redondas promovidos pelo próprio museu ou abrindo espaço para outras instituições.

Para Andrea Fernandes Costa (2015) o museu é um local de combate contra a desmotivação pessoal e contra a exclusão, pois um museu é um patrimônio comum, “constructo da memória e das identidades”. Sendo assim, é um direito de todos.

Se tomarmos como base a memória para a construção da identidade coletiva, concordaremos com Gilberto Gil (2004) que o patrimônio tem a capacidade, a potencialidade de nos interrogar sobre nós mesmos. De forma que os museus “abrigam o que fomos e o que somos. E inspira o que seremos”.

Também para Jorge Wagensberg (2015), o museu tem a capacidade de ser um centro de desenvolvimento da identificação coletiva e, portanto, é “uma exigência democrática”.

A educação patrimonial como função social do museu também é defendida por Marília Xavier Cury (2013) que sugere uma ação conjunta entre museu e escola “em prol da consciência patrimonial, isto é, a cidadania que todos temos direito, mas que temos que conquistar”.

4. *Biblioteca Municipal Leonel de Moura Brizola: de elefante branco a biblioteca viva*

A Biblioteca Municipal Leonel de Moura Brizola faz parte do Complexo Cultural Oscar Niemeyer. Composto por dois prédios opostos é formado pela Biblioteca e pelo Teatro Raul Cortez. O projeto é assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

As obras foram iniciadas em 2004 e provocaram uma mudança radical na arquitetura da Praça do Pacificador, como podemos observar nas fotos abaixo:

A Biblioteca Municipal Leonel de Moura Brizola foi inaugurada primeiro e, logo em seguida, o Teatro Raul Cortez. A construção foi iniciada no governo do Prefeito José Camilo Zito dos Santos Filho e finalizada no governo do Prefeito Washington Reis. Os recursos utilizados para a construção do Complexo vieram de uma dívida da Petrobrás (cha-

mada de passe ambiental) com a cidade de Duque de Caxias. De acordo com o Sr. Antonio Magalhães (coordenadora da Biblioteca), o objetivo era que a verba deveria suprir “uma necessidade de aparelhos públicos da cidade” que, no caso, eram espaços culturais como bibliotecas e teatros.

Esse foi o início de um conflito da população da cidade com o Complexo. O governo o prefeito Zito, nessa época, estava desacreditado. Com a reformulação arquitetônica da Praça do Pacificador os cidadãos caxienses não associaram a reforma à uma política de Estado, mas a uma marca, uma propaganda do então governo. Consequentemente, para Antonio Carlos de Oliveira Magalhães, logo “esses dois aparelhos ganharam pejorativamente um termo de *elefante branco*” (grifo nosso). Para ele, que assumiu a gestão da Biblioteca em 2013, o desafio foi herdar “um aparelho público totalmente desacreditado, desvalorizado e sem articulação com a cidade” e “desconstruir essa ideia de *elefante branco*”.

A Biblioteca Leonel de Moura Brizola é um tipo de construção sob pilotis. Possui uma área de 385m² distribuída em dois pavimentos: um destinado ao público infantil e o outro à exposição e pesquisa de livros e periódicos. No histórico da Biblioteca existem dois momentos distintos de gestão. Na primeira gestão, de 2004 a 2012, a Biblioteca seguiu uma linha mais “tradicional” de funcionamento, cujo principal objetivo seria a consulta pública ao acervo. Na segunda gestão, que compreende o período de 2013 a 2016, há uma ampliação dos objetivos da Biblioteca, mais atrelados a uma Política Pública de Livro, Leitura e Biblioteca, com um projeto mais voltado para o conceito de Biblioteca Viva. Durante as entrevistas pudemos observar que nesse primeiro momento o uso do prédio da Biblioteca era compartilhado. Até 2013, data da troca de gestor, a Subsecretaria de Segurança de Caxias funcionava dentro do prédio. Para Antonio Carlos de Oliveira Magalhães, esse pode ser um dos fatores a serem apontados para o distanciamento da população com esse espaço no início de sua inauguração na cidade.

A circulação da Guarda Municipal aqui dentro era muito grande e isso afugentava as pessoas. As pessoas achavam que era um quartel. Então, nós mudamos isso completamente. Nós mudamos a própria Guarda. A relação com a Guarda foi uma questão difícil porque eles achavam ainda que aqui era a casa deles. [...]. Nós temos vários episódios de reclamações da Guarda Municipal no nosso livro de ocorrências porque como a patente mais alta deles estava aqui, eles achavam que aqui era um espaço deles. Hoje, graças a Deus, a Guarda é parceira, mudou completamente, se adaptou à cultura que nós implementamos aqui de respeito à cultura local e nós avançamos muito.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Na segunda gestão há um movimento, traduzido em ações, de aproximação da população com o prédio da Biblioteca pois, de acordo com o gestor, esse afastamento passa por uma barreira arquitetônica. Os moradores “leem” esse prédio imponente como algo inacessível. O processo de desconstrução do prédio precisou de ações “de dentro para fora”. Primeiramente, no investimento dos próprios funcionários que atualmente refletem o discurso de um espaço mais acolhedor aos cidadãos da cidade.

Durante a pesquisa, entrevistamos o gestor da unidade, a bibliotecária da época e um guarda. Para todos eles, esse espaço deve ser de acolhimento e de livre acesso ao público. Para a bibliotecária Monica da Silva Lima, o objetivo principal da Biblioteca é atender as necessidades do público “disponibilizando um espaço acolhedor e tranquilo para pesquisas e estudos. Oferecer atividades culturais. Promover e incentivar o hábito de leitura etc.

Para o Sr. Luiz de Souza Silva, um dos funcionários que trabalham na recepção e no acolhimento ao público, a Biblioteca foi mudando radicalmente com o tempo e hoje “funciona muito melhor. Não funciona só como Biblioteca, mas como um Centro Cultural”.

Anteriormente a Biblioteca funcionava só para os alunos. De segunda à sexta, sem eventos. Conforme o Prof. Antonio começou os seus trabalhos, a Biblioteca diversificou esse leque. Ele abriu uma possibilidade maior para as pessoas. Hoje nós temos sarais, lançamentos de livros, algumas exposições que já foram utilizados pelo espaço da Biblioteca. E temos, inclusive, algumas reuniões de eventos que são organizados na parte do 1º piso.

Para ele a Biblioteca foi mudando radicalmente com o tempo e hoje “funciona muito melhor. Não funciona só como Biblioteca, mas como um Centro Cultural”.

Seguindo o objetivo de formar uma relação onde a “Biblioteca abraça as pessoas para que as pessoas abracem a Biblioteca”, a promoção de atividades que apoiassem a cultural local foi um dos fatores chamarrizes do público para o espaço da Biblioteca. Local, aqui, compreendido não apenas como o centro da cidade de Duque de Caxias (onde está localizada a Biblioteca), mas também como locais de atuação nas escolas, comunidades, salas de leitura, criação e parcerias com as bibliotecas comunitárias existentes nos quatro distritos que formam o município. Para Mônica da Silva Lima, a Biblioteca procura “promover atividades culturais diversificadas para atender a todos”, um “público de todas as idades, de diferentes localidades”.

Ações que, na avaliação dos profissionais da Biblioteca, permitiram um avanço simbólico no pensamento da população local. Saraus, organização de bibliotecas comunitárias, abertura dos espaços da biblioteca (auditório e 1º piso) para realização de debates, seminários, encontros organizados por diversos públicos: escritores, estudantes, pesquisadores, professores, grupos culturais... A agenda cultural é variada e utiliza até os pilotis do prédio. Tem baile charme, funk, pagode, samba, até desfile de moda. O evento de maior destaque é a organização da Festa Literária de Duque de Caxias. Antonio Magalhães afirma que “a Biblioteca é um aparelho hoje que vai, de longe, com aquele que nós assumimos que era chamado um elefante branco”.

A Biblioteca Leonel de Moura Brizola precisa estar nesses locais e fazer com que as pessoas de lá entendam que aqui, de fato, é uma biblioteca pública e que eles podem vir aqui. Geograficamente é próxima, só que é uma dificuldade muito grande. E eu acredito que [...] fazer com que a população se empodere da Biblioteca é fortalecer cada vez mais essa atuação fora do prédio em si. (Antonio Carlos de Oliveira Magalhães)

Outra frente de atuação que permitirá uma mudança maior no acesso e compreensão do prédio perpassa por modificações físicas do prédio. A primeira e mais importante seria a identificação. Não há um letreiro com o nome da instituição. E o prédio tem vias de acesso intenso de veículos e transeuntes em seu entorno. Quando questionados sobre a funcionalidade cotidiana do projeto arquitetônico produzido por Niemeyer foram apontados pontos positivos e negativos. Quanto aos primeiros foram destacados o próprio prédio considerado acolhedor, com luminosidade adequada, boa disposição do mobiliário, etc. Em relação ao segundo, problemas relacionados à conservação e acústica. Qualquer ruído dentro do prédio é projetado para todos os andares. Uma característica muito parecida com os problemas enfrentados pelos CIEP (Centro Integrado de Educação Pública). Ouve-se tudo em qualquer canto da Biblioteca. Dessa forma, o silêncio é um fator primordial no funcionamento do espaço e incompatível com a ideia de uma Biblioteca Viva. Além das restrições orçamentárias existem limites de alteração no projeto arquitetônico que dependem de autorização da Fundação Niemeyer. As alterações já planejadas e sugeridas estão em andamento com o acompanhamento de uma arquiteta da Fundação. De acordo com Antonio Magalhães, a ideia é transformar a atual Biblioteca Municipal em uma Biblioteca Parque e que as mudanças sinalizadas ajudarão a mudar ainda mais a relação da cidade com a Biblioteca.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A importância da Biblioteca para os cidadãos caxienses está presente na fala de todos os entrevistados que o descrevem como:

Um espaço onde todos de sentem à vontade, onde diferentes pessoas e representações vem fazendo uso, vem se apropriando para a realização de seus eventos. Acho que deveria ter mais espaços como esse aqui do Centro Cultura Oscar Niemeyer, pelo menos um por distrito, com biblioteca e teatro, para suprir a demanda por cultura que a população precisa. (Monica da Silva Lima)

Um espaço para além do simples acesso à informação, mas de construção cultural:

Acho que poucos municípios da Baixada tem uma estrutura como a Biblioteca Municipal e até o Teatro. Acho importantíssimo para a cultura do povo da Baixada. [...] Eu acho que na realidade, a cultura no Brasil é pouco divulgada e difundida. (Luiz de Souza Silva)

E que ainda tem um caminho de conquista do público municipal:

Ainda existem pessoas que nem sabem que aqui funciona uma biblioteca pública. Elas chegam, perguntam e até mostra um interesse em trazer os filhos. Mas eu acho que o público em geral ou a grande maioria (que não são estudantes) não sabem desse verdadeiro espaço que tem em Duque de Caxias. (Luiz de Souza Silva)

As mudanças alcançadas durante os anos de existência da Biblioteca Municipal passaram por ações nos campos simbólicos, político e físico. Para nós, o campo simbólico é fundamental para a apropriação desse espaço pela população caxiense. Compreendemos que a leitura arquitetônica passa pelo processo de representação dos cidadãos. Vilson José Leffa (1996, p. 10-13) compreende a leitura “basicamente como um processo de representação”, no qual o sentido da visão é envolvido pois “ler é, na sua essência, olhar para uma coisa e ver outra” uma vez que “o raciocínio do leitor é comandado pela informação que entra pelos olhos”.

Embora a leitura, na acepção mais comum do termo, processa-se através da língua, também é possível a leitura através de sinais não linguísticos. Pode-se ler a tristeza nos olhos de alguém, a sorte na mão de uma pessoa ou o passado de um povo nas ruínas de uma cidade. Não se lê, portanto, apenas a palavra escrita, mas também o próprio mundo que nos cerca. [...]. Ao fazermos a leitura sociológica de uma rua da cidade olharmos para as casas, o calçamento, as pessoas, mas vemos a realidade sociológica refletida por essa rua. (LEFFA, 1996, p. 10)

E como criar sentido na leitura da cidade se a urgência do tempo se impõe diariamente nos transeuntes que apenas passam a praça do Pacificador. O desafio da Biblioteca Municipal “em ser vista” também é afetada pela velocidade de um centro em movimento constante.

Nelson Brissac Peixoto (1993, p. 361) nos provoca uma reflexão sobre a questão do olhar na sociedade contemporânea como um problema no mundo da sobre-exposição “onde tudo é produzido para ser visto”, e onde o olhar implica descobrir sentido. No entanto, a nossa experiência do olhar é transformada pelo “perfil das grandes cidades”, lugar de movimento, de “autopistas de alta velocidade”. Nós, os cidadãos das grandes cidades, nos transformamos em passageiros metropolitanos: em movimentos cada vez mais longínquos e mais velozes. A apresentação do olhar e de todas as outras coisas são afetadas ao nosso olhar pela velocidade constante provocando uma experiência de achatamento e de dificuldade de leitura de sentido.

A velocidade provoca, para aquele que avança num veículo, um achatamento da paisagem. Quanto mais rápido o movimento, menos profundidade as coisas têm, mais chapadas ficam, como se estivessem contra um muro, contra uma tela. [...] a paisagem urbana se confundindo com outdoors. O mundo se converte num cenário, os indivíduos em personagens. (PEIXOTO, 1993, p. 361)

Todas as ações desenvolvidas pela Biblioteca Municipal são mecanismos de representação e apropriação desse espaço. Os resultados da pesquisa mostraram avanços na representação desse espaço, a partir do momento que prezou pela compreensão do trabalho realizado ali e de uma política de livre acesso da população a um bem que é deles. No entanto, muitos outros transeuntes precisam ser conquistados para o olhar e o vivenciar espaços como esse.

5. Considerações finais

No desenvolvimento desse trabalho vimos que a difusão da memória regional é algo que deve receber um pouco mais de atenção. Inúmeras são as dificuldades de compreensão por parte dos cidadãos na diferença do Patrimônio Privado para o Patrimônio Público e Cultural e que essa distância entre o cidadão e o Patrimônio Público é um empecilho e uma barreira a ser transpassada pelos agentes culturais. A salvaguarda e a divulgação da memória regional, estabelecem relação com os agentes de memória da cidade de Duque de Caxias usando o Instituto Histórico de Duque de Caxias, o Museu Ciência e Vida e a Biblioteca Municipal de Duque de Caxias como os exemplos vivos de que a educação patrimonial é necessária para a compreensão de uma identidade cidadã.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Andrea Fernandes. *Museu e escola: um só time*. Disponível em: <https://prezi.com/xmkwtvu_iybm/museu-e-escola-i-seminario/>. Acesso em: 23-04-2015.

CURY, Marília Xavier. Educação em museus: panorama, dilemas e algumas ponderações. *Ensino em Revista* (on-line), vol. 20, n. 1, p. 13-27, 2013.

FUNNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINE, Sandra de Cássia Araujo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GIL, Gilberto. *A importância dos baús abertos da nossa memória afetiva*. Disponível em: <<http://wooz.org.br/culturagilmuseu.htm>>. Acesso em: 23-04-2015.

HORTA, Maria de Lurdes Parreira. *Educação patrimonial: o que é educação patrimonial?* (2003). Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/tetxt1.htm>>. Acesso em: 25-08-2015.

LEFFA, Vilson José. *Aspectos da leitura*. Porto Alegre: Sagra: Duque de Caxias: Luzzato, 1996.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.

PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, Adauto. *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

WAGENSBERG, Jorge. *O museu "total", uma ferramenta para a mudança social*. 4º Congresso Mundial de Centros de Ciência. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/4scwc/Texto%20Provocativo%20-%20Jorge%20Wagensberg.pdf>>. Acesso em: 23-04-2015.